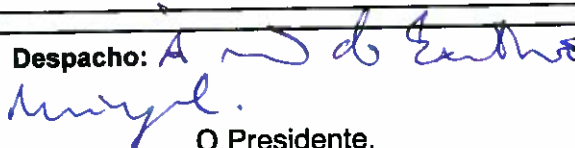


15. CONCURSO PÚBLICO Nº. CPE8.17 DMOSM – ARRANJOS EXTERIORES DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA:

Submete à consideração do Executivo Municipal a proposta de Escolha e Início de Procedimento – Concurso Público dos Arranjos Exteriores do Mercado Municipal de Braga, nos termos constantes da informação.

DELIBERAÇÃO:**Remeta-se ao Sr. Presidente.**
(Eng.ª Alzira Torres)2017/05/15**Despacho:**

O Presidente,


(Ricardo Brugo Antunes Machado Rio)17/05/16**PROPOSTA DE PROCEDIMENTO:
CONCURSO PÚBLICO N.º CPE8.17.DMOSM****ASSUNTO: ESCOLHA E INÍCIO DE PROCEDIMENTO – CONCURSO PÚBLICO**

Entidade adjudicante: alínea c) do n.º 1 do artigo 2.º do CCP.

Concurso de Empreitada de Obra Pública adiante descrita, em conformidade com a alínea b) do artigo 19.º; n.º 1 do artigo 36.º, artigo 38.º, e artigos 130.º a 148.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

Empreitada: ARRANJOS EXTERIORES DO MERCADO MUNICIPAL DE BRAGA.**Vocabulário CPV:**
45233200-1 Obras diversas
de pavimentação**PRAZO DE**
EXECUÇÃO:
365 DIAS**PREÇO BASE:**
€844.664,04

Tornando-se necessário realizar a empreitada supramencionada, cujo projeto de execução apresentado corresponde aos objetivos e expectativa da Câmara para esta obra, justificada nas informações incluídas no processo do presente procedimento, cujo preço contratual estimado é de **€844.664,04 (oitocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e quatro euros e quatro cêntimos)**, sem imposto sobre o valor acrescentado (IVA), submete-se à consideração superior a presente proposta que visa obter autorização para a referida contratação.

Página 1 de 3

Face ao valor e considerando que a referida contratação está abrangida pelas normas acima assinaladas, constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, retificado pela retificação 18-A de 2008 de 23 de Março, alterado pela Lei n.º 59/2008 de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 223/2009 de 11 de Setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009 de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010 de 27 de abril, pelo Decreto-Lei n.º 131/2010 de 14 de dezembro, pela Lei n.º 64-B/2011 de 30 de dezembro, pelo Decreto-Lei n.º 149/2012 de 12 de julho, e pelo Decreto-Lei n.º 214-G/2015 de 02 de outubro, solicita-se, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 16.º, e alínea b) do artigo 19.º, ambos do CCP, autorização para se adotar o **"Concurso público"**, propondo-se ainda o seguinte:

1 – PEÇAS DO PROCEDIMENTO

A aprovação, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º do CCP, das peças do procedimento, que se indicam:

- Programa do procedimento e respetivos anexos, no qual se integra o regulamento de análise e avaliação das propostas;
- Caderno de encargos:
 - i. Cláusulas jurídicas;
 - ii. Projeto de execução.

2 – JÚRI DO PROCEDIMENTO

Em conformidade com o previsto no artigo 67.º do CCP, a designação do júri a seguir referido, que conduzirá o concurso:

- Presidente do júri: Eng.º Gaspar Silva (o qual será substituído nas suas faltas ou impedimentos, pelo Sr.ª Eng.ª Paula Pereira);
- Vogal efetivo: Eng.ª Paula Pereira;
- Vogal efetivo: Eng.ª Ana Maria Ribeiro Martins;

- Vogal suplente: Eng.º Francisco Marques;
- Vogal suplente: Eng.º Luís Almeida

3 – ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA

A adjudicação será efetuada segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, de acordo com o Anexo III do Programa de Concurso (Regulamento de análise das propostas).

4 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS

Propõe-se a delegação no júri das competências constantes do *regulamento de funcionamento do júri* em anexo.

Mais se propõe a delegação no júri, ou nos serviços da Direção Municipal de Obras e Serviços Municipais (DMOSM), nos termos do artigo 109.º do CCP, das competências adiante descritas, desde que não impliquem aumento da despesa nem estejam em causa aspetos essenciais das peças do procedimento, nomeadamente o seguinte:

- Proceder às formalidades necessárias ao procedimento do concurso na plataforma eletrónica e notificações;
- A classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação, se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação, art.º 66.º do CCP.
- Prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento solicitados pelos interessados, conforme previsto no n.º 2 do artigo 50.º do CCP.
- Proceder a retificações das peças do procedimento;
- Proceder às decisões de prorrogação nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 64.º do CCP, previstas no n.º 4 do mesmo artigo, cumprindo as formalidades aí descritas;
- Proceder às formalidades subsequentes ao relatório final ou decisão de adjudicação, tais como, subscrição dos documentos.

5 – DECISÃO DE CONTRATAR

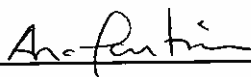
O órgão competente para tomar a decisão de contratar é a Câmara Municipal, no uso de competência própria, estabelecida na Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

6 – CABIMENTO ORÇAMENTAL

Para os devidos efeitos, junta-se a informação do cabimento prévio n.º 15303 de 15/05/2017.

15 de maio de 2017

DMOSM,



(Téc.Superior, Ana Martins)

Em anexo:

- Programa do concurso; Caderno de encargos; Regulamento.